

PAULO HENRIQUE DE MATTOS STUDART

PROCESSO ELEITORAL E SEGURANÇA JURÍDICA

**Princípio da anualidade eleitoral
e estabilização da jurisprudência**



Belo Horizonte
2018

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 O REGIME DEMOCRÁTICO E A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	5
2.1 Democracia e soberania popular	5
2.2 Critérios para a democracia	9
2.3 Democracia representativa e partidária	10
2.4 Democracia e eleições	14
2.5 Processo eleitoral, legitimidade democrática e regulação	19
3 CONTROLE DO PROCESSO ELEITORAL	29
3.1 Sistema de verificação de poderes	31
3.2 Sistema eclético	32
3.3 Sistema jurisdicional	34
3.4 O controle das eleições no Brasil	36
3.5 A Justiça Eleitoral brasileira	40
3.6 As funções da Justiça Eleitoral	44
3.6.1 Função administrativa	45
3.6.2 Função jurisdicional	46
3.6.3 Função consultiva	48
3.6.4 Função normativa	51
4 O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE ELEITORAL	57
4.1 Origem e definição do princípio da anualidade	59
4.1.1 A redação do dispositivo e sua fórmula para estabilização do quadro normativo do processo eleitoral	59
4.1.2 A histórica intermitência da legislação eleitoral no Brasil e sua influência no desenho do princípio da anualidade	63
4.1.3 O princípio da anualidade eleitoral como especial manifestação da igualdade e segurança nos processos eleitorais	70

4.1.3.1 O art. 16 da Constituição como redutor de instabilidade: mediação entre a permanência e a mudança	75
4.2 O princípio da anualidade como mecanismo de proteção objetiva contra a modificação do processo eleitoral	79
4.3 O Processo eleitoral como elemento referencial para a tutela pelo princípio da anualidade eleitoral: um conceito controverso	84
4.3.1 A definição de processo eleitoral na doutrina: algumas abordagens	86
4.3.2 A definição de processo eleitoral no Supremo Tribunal Federal	93
4.3.2.1 A distinção entre leis adjetivas e substantivas	93
4.3.2.1 A distinção entre leis de direito eleitoral e leis não eleitorais	106
4.3.3 Uma definição de processo eleitoral	113
4.4 O princípio da anualidade eleitoral e as espécies de atos normativos	114
4.4.1 Leis ordinárias, leis complementares e emendas constitucionais	115
4.4.2 O princípio da anualidade e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral	119

5 O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE ELEITORAL E OS ATOS JUDICIAIS 123

5.1 A ação do Poder Judiciário e sua repercussão no regime jurídico das eleições	125
5.2 A evolução da aplicação do art. 16 da Constituição às decisões judiciais na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	132
5.3 O princípio da anualidade em perspectiva ampliada	142
5.3.1 Critérios para a aplicação do princípio da anualidade eleitoral aos atos judiciais.....	148

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 159

REFERÊNCIAS 163